

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE
PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO, EM 01.11.2019.**

ATA nº 396

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano dois mil e dezenove, às 09:30h, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no Escritório do Rio de Janeiro, localizado na Av. Pasteur, 404, Urca, com a presença dos Conselheiros Titulares, Frederico Bedran Oliveira, José Luiz Ubaldino de Lima (Representantes do Ministério de Minas e Energia) e Nucilene Lima de Freitas França (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Participaram da reunião, no seu todo ou parcialmente, a Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Sheila Teixeira Ribamar, o Chefe da Auditoria Interna (AUDITE), Marcelo Cantuário dos Santos Neto, o Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Suliman Tadei de Souza, o Chefe da Área de Governança, Juliano de Souza Oliveira, o Chefe do Departamento de Administração de Material e Patrimônio (DEAMP), Vinicius dos Santos Barreto, o Chefe da Divisão de Patrimônio (DIPATI), Leonardo da Costa Siqueira e o Analista em Geociências Cristiano Jorge André, pela Secretaria Geral (SEGER). Foi dado início à reunião do Conselho Fiscal, onde foi solicitado o exame dos itens da Ordem do Dia: **PRIMEIRO ITEM – LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DAS ATAS 394 E 395** – Após as devidas sugestões e ajustes, foram assinadas as Atas 394 e 395. **SEGUNDO ITEM – ASSUNTOS DA CONTABILIDADE** – A chefe da DICOGE informou sobre a Apuração do Resultado do 3º Trimestre/2019, que apresentou um Prejuízo Contábil de R\$ 5.373 (Cinco milhões e trezentos setenta e três mil) e Fiscal de R\$ 4.916 (Quatro milhões e novecentos e dezesseis mil). A análise das Demonstrações Contábeis Intermediárias do período com o Relatório de Revisão das Informações Intermediárias emitido pela Auditoria Independente, ficou para a próxima reunião do Conselho. Foi feita a atualização do quadro resumo das certidões, sem nenhuma



alteração relevante. A DICOGE informou ainda o deferimento, pela Secretaria da Receita Federal, dos pedidos de parcelamento ordinário para o débito com o IRPJ de aproximadamente R\$ 6.980 mil, e simplificado para o débito com a CSLL de aproximadamente R\$ 2.578 mil, conforme lucro fiscal apurado no 2º Trimestre/2019. Também foi informado ao Conselho Fiscal sobre os lançamentos de realização da Reserva de Reavaliação, considerando que a STN liberou os “eventos” necessários para a execução no SIAFI. **TERCEIRO ITEM – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – O Chefe do DECOF, Suliman Tadei de Souza, apresentou a situação orçamentária da CPRM no ano de 2019, destacando o impacto dos contingenciamentos definidos pelo Governo Federal, e iniciou sua apresentação mostrando a linha do tempo do orçamento em 2019: a) Aprovação da LOA em 15/01/2019; b) 1º contingenciamento em 29/03/19, através do Decreto nº 9.741/19, correspondendo a 21,76% sobre as ações discricionárias e 20,45% nas ações do PAC; c) 2º contingenciamento em 02/05/19, através da Portaria ME nº 144/19, elevando o mesmo para 29,3% sobre as ações discricionárias e para 21,9% nas ações do PAC; d) Divulgação do limite de pagamento em 30/05/19, através do Decreto nº 9.809/19, que estipulou o limite de R\$ 36,0 milhões para a fonte do Tesouro e R\$ 1,4 milhão para a fonte Própria; e) Liberação de limite de pagamento das ações discricionárias em 01/07/19; f) Liberação de limite de pagamento das ações do PAC em 01/10/19; g) Descontingenciamento orçamentário das ações discricionárias em 14/10/19; e h) A data limite para empenho que é 06/12/2019. Ao ser indagado pelo Presidente do Conselho se haveria neste momento alguma restrição orçamentária ou financeira, Suliman Tadei informa haver uma restrição orçamentária na Ação de Recuperação da Bacia Carbonífera, da ordem de R\$ 11,9 milhões, e nas Ações do PAC há o contingenciamento orçamentário, além da restrição financeira em função do limite. Na sequência, apresentou o quadro da execução orçamentária atualizado até 30/10/2019, que mostra uma execução de 63,2% sobre o limite orçamentário nas Ações Discricionárias e de 65,8% nas Ações do PAC, e a evolução dos Restos a Pagar (RAP) em 2019, que em janeiro apresentava o valor aproximado de R\$ 30 milhões e de R\$ 8,1 milhões em setembro. Sobre a questão das atividades da Ação Administração da Unidade, o chefe do DECOF destacou a necessidade orçamentária até o final do ano na ordem de R\$ 8,5 milhões, para o cumprimento de

todas as obrigações dentro do próprio exercício, o que já foi negociado com a Diretoria, já tendo o aporte de algumas Ações finalísticas e o remanejamento da sobra da Ação da Bacia Carbonífera via Portaria do Ministério da Economia. Diante do exposto, o Conselho Fiscal solicitou à Diretoria informações sobre as medidas que a CPRM está adotando para reduzir seu custo fixo e aumentar o volume de recursos aplicados nas suas atividades finalísticas.

QUARTO ITEM – RELATÓRIO DE DÍVIDAS DE CLIENTES, POSIÇÃO EM 24.10.2019 – A Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF) apresentou ao Conselho a posição, em 24 de outubro de 2019, da evolução da dívida de clientes, que totaliza R\$ 299 mil. A dívida vencida há mais de 30 dias alcança o valor aproximado de R\$ 202 mil, correspondendo à dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em cobrança judicial cujo processo está concluído desde 09/08/2019, aguardando a expedição de precatório, e em relação ao Instituto Nac. de Tecnologia da Informação, a Nota de Débito será cancelada, em cumprimento à Circular nº 5/SEAFI/SOF/MP, de 26/02/2013.

QUINTO ITEM – DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS e CONVÊNIOS – A Divisão de Contratos (DICON/DEAMP) apresentou ao Conselho Fiscal a relação dos Contratos celebrados pela CPRM no mês de setembro de 2019: 081/PR/19 – Imprensa Nacional e 088/PR/19 – SREVFAZ – Serviços de Segurança Ltda. O Conselho Fiscal solicitou a elaboração de um quadro demonstrativo, que apresente a situação de todos os Convênios vigentes na Empresa, considerando que apenas a partir de 2019 o CF teve acesso às primeiras informações relativas ao tema.

SEXTO ITEM – ASSUNTOS DA AUDITORIA INTERNA – O chefe da AUDITE, Marcelo Cantuário, realizou uma apresentação ao Conselho Fiscal, onde foram apresentados o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna no exercício de 2018, bem como as recomendações da CGU apontadas no Relatório de Auditoria nº201800909, em relação ao Convênio nº001/CPRM/2016 – firmado com o Observatório Nacional e apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP. A Auditoria Interna relatou em sua apresentação as seguintes recomendações: 1) Promover ações de capacitação dos profissionais envolvidos nas atividades relacionadas à celebração, a execução e a fiscalização dos convênios firmados pela CPRM; e 2) Elaborar normativos internos que disciplinem o planejamento, a execução, fiscalização e análise da prestação de contas dos



convênios celebrados pela Companhia, deficiências no acompanhamento e na fiscalização da execução por parte da CPRM. Diante do exposto, o Conselho Fiscal reitera a solicitação de um acompanhamento das recomendações da CGU acima mencionadas. **SETIMO ITEM – EXAME DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA** - O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Atas referentes às reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, mediante acesso ao sitio eletrônico da CPRM. **OITAVO ITEM - ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES** – Foi entregue ao Conselho Fiscal a planilha “Passivos Contingentes – Demandas Judiciais”, com o demonstrativo das ações judiciais detalhadas por ramo (Trabalhistas, Tributárias e Cíveis), referentes ao mês de outubro de 2019, o qual demonstrou não haver alteração significativa em relação ao mês de setembro de 2019. **NONO ITEM – APRESENTAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO INVENTÁRIO GERAL DE BENS MÓVEIS DA CPRM** - O chefe do DEAMP, Vinicius Barreto, juntamente com o chefe da DIPATI, Leonardo Siqueira, informaram ao Conselho Fiscal que o Inventário Geral está em fase de conclusão da parte quantitativa. De acordo com Vinicius Barreto, a CPRM passou muito tempo sem realizar um inventário geral de bens, e que o levantamento realizado apresentou um elevado número de bens não localizados. Segundo o chefe do DEAMP, a próxima etapa será qualitativa, onde deverão ser observadas informações, tais como o valor do bem, sua depreciação, etc. Diante do exposto, o Conselho Fiscal manifestou preocupação com o impacto contábil a ser gerado pela não conclusão do Inventário em tempo hábil, bem como reiterou e ressaltou a necessidade de sua conclusão ainda neste Exercício. O Conselho destacou ainda a necessidade de elaboração de uma Norma Interna, que estabeleça prazos e procedimentos para realização dos próximos Inventários. **DÉCIMO ITEM – OUTROS ASSUNTOS** – a) O Conselho Fiscal da CPRM solicitou uma apresentação na próxima reunião das atividades desenvolvidas pela área de Governança até o momento. Além disso, solicitou a presença de um representante da Área de Governança, preferencialmente seu Chefe, nas próximas reuniões daquele Colegiado. b) O Conselho Fiscal solicitou um levantamento de todos os Títulos Minerários da CPRM, incluindo a fase, eventuais cessões, custos e créditos decorrentes desses ativos, bem como a situação de regularidade de cada



processo minerário junto ao órgão regulador. Ainda sobre este assunto, o Conselho Fiscal solicitou informações sobre qual órgão da CPRM é responsável pela gestão destes Títulos Minerários. c) No que se refere ao resultado do leilão do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis, o Conselho Fiscal solicitou informações sobre a possibilidade do valor do Bônus vir para a CPRM. Caso o valor do Bônus venha para a CPRM, qual será o Plano de Aplicação para o mesmo. d) Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.



FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
PRESIDENTE



NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA
CONSELHEIRA



JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA
CONSELHEIRO



JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
SECRETÁRIO-GERAL